



## Prezados:

Iniciamos nosso informativo deste mês com o espaço do Departamento Fiscal que nos traz a notícia sobre prorrogaram por mais 30 dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas (CPEND), ambas relativas à Créditos Tributários federais e à Dívida Ativa da União.

Já o Departamento Pessoal, informa sobre MP 927, publicada em 22 de março, que flexibilizava regras trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e manutenção dos postos de trabalho não foi votada a tempo de ser convertida em lei, e perdeu a validade no último dia 19 de julho.

Para finalizar, o Departamento Contábil traz uma notícia sobre Honorários advocatícios que não são devidos a empregados representados por advogado particular.

**Clóvis da Rocha**  
Diretor

## Receita e PGFN prorrogam por mais 30 dias prazo de validade de certidões conjuntas

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorrogaram por mais 30 dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos (CND) e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas (CPEND), ambas relativas à Créditos Tributários federais e à Dívida Ativa da União.

A medida está prevista pela Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.178, de 13 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de hoje (14/07).

Inicialmente, em decorrência da pandemia causada pelo coronavírus, que impôs a paralisação das atividades empresariais, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) editaram a Portaria Conjunta RFB/PGFN no 555, de 23 de março de 2020, que prorrogou por 90 (noventa) dias o prazo de validade das CND e das CPEND válidas em 24 de março de 2020 (data de publicação da Portaria Conjunta).

Porém, passados os 90 (noventa) dias, a expectativa de retomada da atividade econômica não se verificou em sua plenitude. Por essa razão, conclui-se ser necessário conceder nova prorrogação por 30 (trinta) dias, prazo que, supõe-se, ser suficiente para o restabelecimento da maior parte das atividades empresariais.

A CND é emitida quando não há pendências em nome do sujeito passivo relativas a débitos, dados cadastrais e apresentação de declarações administrados pela Receita Federal, ou inscrição na Dívida Ativa da União. Já a CPEND é emitida quando existe uma pendência, porém ela está com seus efeitos suspensos (por exemplo, em virtude de decisão judicial). As duas certidões são necessárias para que as pessoas jurídicas exerçam uma série de atividades, como, por exemplo, participar de licitações ou obter financiamentos.

As medidas valem apenas para as Certidões Conjuntas que já foram expedidas e ainda estão no período de validade e visam a minimizar os efeitos decorrentes da crise para a atividade econômica em âmbito nacional.



**Fonte:** <https://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2020/julho/receita-e-pgfn-prorrogam-por-mais-30-dias-prazo-de-validade-de-certidoes-conjuntas>

**Texto:** Kely Meine Strack  
Coordenadora Departamento Fiscal



## MP 927/2020 perdeu a validade - E agora?

Acordos realizados durante a vigência da MP são válidos

A MP 927, publicada em 22 de março, que flexibilizava regras trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e manutenção dos postos de trabalho não foi votada a tempo de ser convertida em lei, e perdeu a validade no último dia 19 de julho.

A medida previa a possibilidade de adoção do teletrabalho, antecipação de férias individuais e coletivas, antecipação de feriados, ampliava o prazo de compensação do banco de horas, suspendia as exigências administrativas de segurança do trabalho e do recolhimento do FGTS nos meses de março, abril e maio de 2020.

### Com a perda da eficácia da MP 927, como ficam os acordos realizados durante a sua vigência?

Todos os acordos realizados durante a vigência da MP são válidos. Contudo, os novos acordos deverão observar as regras estabelecidas na CLT.

#### **Teletrabalho**

O regime de teletrabalho está contemplado na CLT. Nesse ponto, a MP apenas flexibilizou a regra existente. Aqueles que aplicaram o regime de teletrabalho podem dar continuidade à prestação de serviços nesse formato. Para tanto, as empresas podem firmar um ajuste com o empregado a fim de ratificar a continuidade do serviço, respeitando o prazo de transição para retorno do empregado ao formato original. O mesmo se aplica para aprendizes e estagiários.

#### **Férias**

Quanto às férias, a MP 927 havia permitido a antecipação de férias com períodos aquisitivos incompletos ou nem iniciados, a prorrogação do terço constitucional para a data do pagamento do 13º salário, o pagamento das férias para até o 5º dia útil do mês subsequente ao início do gozo, e o prazo para comunicação passou de 30 dias para 48hs de antecedência. A partir de agora o empregador precisa observar todas as exigências previstas na CLT, ou seja, a comunicação ao trabalhador deve se dar com 30 dias de antecedência, férias coletivas devem ser comunicadas ao sindicato e MTE com 15 dias de antecedência, a lei não permite a antecipação de férias, e o 1/3 de férias deve ser pago juntamente com o recibo de férias.

#### **Compensação de feriados**

Se a empresa tiver antecipado feriados durante a vigência da MP 927, o empregado não terá direito à percepção de salário em dobro para este dia, como dispõe a CLT. A partir do dia 20/07/2020 este formato de negociação está vedado.

#### **Banco de Horas**

A MP 927 também previa a possibilidade de compensação do banco de horas em até 18 meses, contados do encerramento da calamidade pública. Os acordos firmados neste período continuam vigentes. Porém, a partir do dia 20/07/2020, a eventual compensação do banco de horas deverá ocorrer em até 06 meses, mediante acordo individual, e em até 12 meses, por Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

#### **Atestados médicos ocupacionais**

Por fim, a MP 927 suspendia a obrigatoriedade quanto aos exames médicos ocupacionais, sendo que estes passariam a ser cobrados após 60 dias do término da calamidade pública. Ainda pairam dúvidas quanto ao "término do estado de calamidade pública" no Brasil. Espera-se que seja editado Decreto disciplinando as relações jurídicas ocorridas durante a vigência da MP. Porém, para se evitar maiores problemas às empresas, estas podem desde já se organizarem para retomar a realização dos exames médicos ocupacionais vencidos durante a vigência da MP 927, pelos próximos 60 dias, o que inclusive poderá ser realizado de forma remota ou por videoconferência, por telemedicina.

## Honorários advocatícios não são devidos a empregados representados por advogado particular

Segundo a jurisprudência, a assistência sindical é requisito para a condenação.

Em duas decisões de Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, o Município de Caucaia (CE) e a JBS Aves Ltda. foram absolvidos do pagamento de honorários advocatícios decorrentes de condenações em reclamações trabalhistas. De acordo com a jurisprudência do TST, para que a parcela fosse devida, os empregados que ajuizaram as ações deveriam estar assistidos pelo sindicato de sua categoria, mas, nos dois casos, eles haviam contratado advogados particulares.

### Terceirização

No caso julgado pela Primeira Turma, a reclamação foi ajuizada por uma empregada da Cooperzil – Cooperativa Prestadora de Serviços do Brasil Ltda. que havia prestado serviços ao Município de Caucaia por cerca de quatro anos e pleiteava o pagamento de diversas verbas rescisórias não pagas no encerramento da relação de trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), ao responsabilizar o município, de forma subsidiária, pelas parcelas devidas, condenou-o também ao pagamento de honorários advocatícios de 15% sobre o total da condenação.

O relator do recurso de revista do município, ministro Walmir Oliveira da Costa, observou que a decisão do TRT foi diametralmente oposta à jurisprudência do TST. De acordo com a Súmula 219 do TST, a condenação ao pagamento de honorários não decorre apenas da sucumbência (perda da ação). Entre outros requisitos, é necessário que a parte seja assistida por sindicato da categoria profissional.

### Intervalo

Em discussão semelhante, a Quarta Turma acolheu recurso de revista da JBS, que não terá de arcar com os honorários decorrentes de condenação por descumprimento do intervalo garantido à mulher no caso de horas extras. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) entendeu que a parcela era devida, diante da declaração de hipossuficiência da empregada e da concessão do benefício da justiça gratuita.

O relator, ministro Alexandre Ramos, observou que, segundo o artigo 14 da Lei 5.584/1970, a concessão dos honorários advocatícios está condicionada a dois requisitos além da sucumbência: a assistência do empregado por sindicato e a comprovação de recebimento de salário inferior ao dobro do mínimo legal ou de que o empregado esteja em situação econômica que não lhe permita demandar em detrimento do próprio sustento.

As decisões foram unânimes. (DA/CF)

Processos: RR-941-88.2010.5.07.0030 e RR-20025-58.2014.5.04.0664

O TST possui oito Turmas, cada uma composta de três ministros, com a atribuição de analisar recursos de revista, agravos, agravos de instrumento, agravos regimentais e recursos ordinários em ação cautelar. Das decisões das Turmas, a parte ainda pode, em alguns casos, recorrer à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1).

**Fonte:** <http://www.tst.jus.br/web/guest/-/honor%C3%A1rios-advocat%C3%ADcios-n%C3%A3o-s%C3%A3o-devidos-a-empregados-representados-por-advogado-particular>

**Texto:** Mônia Antunes

**Departamento Contabilidade**



**Aluguel (indicador Julho/2020)**

IPC (IEPE)	2,58
INPC (IBGE)	2,35
IPC (FIPE/USP)	2,62
IGP-DI (FGV)	7,84
IGP-M (FGV)	7,31
IPCA (IBGE)	2,13
Média INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV)	5,09

Válido para imóveis residenciais e não residenciais com período anual. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses.  
Fonte: *Jornal do Comércio*, 27/07/2020

**Tabela Progressiva IRPF**

Base de Cálculo em R\$	%	Parc. a Deduzir
Até R\$ 1.903,98	Isento	-
De R\$1.903,99 a R\$2.826,65	7,5	R\$ 142,80
De R\$2.826,66 a R\$3.751,05	15	R\$ 354,80
De R\$3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5	R\$ 636,13
Acima de R\$4.664,68	27,5	R\$ 869,36

Fonte: *Jornal do Comércio*, 27/07/2020

**Salário Mínimo**

Nacional	R\$ 1.045,00
Regional	R\$ 1.237,15*
Regional	R\$ 1.265,63*
Regional	R\$ 1.294,34*
Regional	R\$ 1.346,46*
Regional	R\$ 1.567,81*

\*(Cada faixa atende categorias específicas)  
Fonte: *Jornal do Comércio*, 27/07/2020

**Contribuições ao INSS**

Salário de Contribuição	%
Até R\$ 1.045,00	7,50
De R\$ 1.045,00 a R\$ 2.089,60	9,00
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12,00
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	14,00

Fonte: *Jornal do Comércio*, 27/07/2020

**Salário Família**

Até R\$ 1.425,56	R\$ 48,62
Acima de R\$1.425,57 não tem direito	

Fonte: *Jornal do Comércio*, 27/07/2020

**Obrigações com Vencimento no mês de Julho / 2020**

**Empresas optantes pelo Simples Nacional**

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	6	Salários
7	7	FGTS
7	7	Carne INSS Dom. IRRF Dom.
19	19	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
19	19	FUNRURAL
19	19	INSS/DCTF WEB
20	20	ISS - Retido Carazinho
20	20	Simples Nacional
23	24	ICMS - Diferencial de Alíquotas
25	25	Parcelamento ICMS
31	31	Parc. Simples Nacional
31	31	Parc. federais em geral

**Empresas optantes pelo Lucro Real ou Lucro Presumido**

Venc.	Data Limite	Discriminação
2	2	Honorários
5º dia útil	6	Salários
7	7	FGTS
7	7	Carne INSS Dom. IRRF Dom.
9	10	ICMS Substituição Tributária
12	12	ICMS Próprio - Comércio
12	12	ICMS Próprio - Industrial
20	20	Contribuições Retidas na Fonte (CRF) - 4,65%
20	20	IRRF - Sobre Aluguel e sobre Serviços Prestados
20	20	FUNRURAL
20	20	PIS e COFINS - Entidades Financeiras e Equiparadas
20	20	INSS/DCTF WEB
20	20	ISS - Retido Carazinho
25	25	IPI
25	25	PIS e COFINS
25	25	Parcelamento ICMS
31	31	CSLL e IRPJ Mensal
31	31	CSLL e IRPJ Quotas - Trimestral
31	31	Parc. federais em geral

**Cartão Ponto**

Os estabelecimentos que possuem mais de 10 empregados estão obrigados à marcação de ponto. Poderá ser feita mecanicamente, pelo uso de relógio ponto, eletronicamente, por computador ou manualmente. Lembrando que de acordo com a Portaria MTE 2.686/2011, para as empresas que utilizavam ponto eletrônico, devem se adequar às novas orientações e aparelho. Orientamos também às empresas com menos de 10 funcionários que façam a marcação de ponto, para uso em eventuais litígios trabalhistas.

**Nf's Emitidas por Optantes pelo Simples**

As notas fiscais emitidas pelas Empresas de Pequeno Porte e Microempresas não deverão conter destaque de ISS e/ou IPI. Deve constar na nota a seguinte informação:

- I - Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional
- II - Não gera direito a crédito fiscal de ISS e/ou IPI.

**ICMS no Simples Nacional**

A empresa vendedora optante pelo Simples Nacional pode gerar crédito para empresa compradora não optante, desde que emita documento fiscal com destaque do ICMS, consignado no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, a expressão: "Permite o aproveitamento do crédito de ICMS no valor de R\$....; Correspondente à alíquota de ..., nos termos do Art. 23 da LC nº 123."

**Avisos importantes**

**Departamento Pessoal**

As informações deverão ocorrer nos prazos abaixo descritos:

- Admissões: 2 dias antes do funcionários iniciar suas atividades na empresa, munido dos documentos necessários e atestado admissional;
- Reajuste de salário: No dia que ocorrer;
- Alteração de função: No dia que ocorrer, juntamente com o atestado de alteração de função;
- Atestado de afastamento: Informar no portal em 24 horas do afastamento;
- Solicitação de rescisões: No dia que ocorrer;
- Solicitação de férias: 30 dias antes de iniciar as férias do funcionário;
- Cartões ponto e listagens extras: Até o dia 02 do mês subsequente.



Portal Solução  
**www.solucao.net**

Clientes da Solução têm disponível o Portal no site [www.solucao.net](http://www.solucao.net), no qual é possível acessar diversas informações e solicitar vários serviços online à Solução.

**Política da Qualidade:**

A Solução, reconhece o Sistema de Gestão da Qualidade como principal ferramenta para o monitoramento dos processos na produção de informações contábeis úteis, objetivando a melhoria constante, o desenvolvimento dos colaboradores e consequentemente a satisfação de seus clientes.